

direta de Instituições de ensino superior a especuladores estrangeiros e a recente abertura de capitais na Bolsa de Valores. Até hoje não há no país uma regulamentação que estabeleça critérios, limites e compromissos por parte do capital internacional para entrada em nosso setor educacional.

O projeto de Reforma Universitária, enviado ao Congresso Nacional, que propõe a exigência de que pelo menos 70% do capital votante pertençam a brasileiros natos ou nacionalizados, está parado aguardando votação há mais de dois anos. Enquanto isso, as inversões de capital internacional especulativo na compra de IES e o lançamento de ações na Bolsa de Valores continuam. Em 2007, foram 25 aquisições por grupos de especuladores internacionais e a perspectiva é que o ritmo no ano de 2008 seja ainda mais acelerado.

O governo tem enfrentado a questão estabelecendo um controle mais rigoroso sobre as IES, por meio de diretrizes constituídas pela CONAES e de normativas de supervisão e regulação, elaboradas pelas secretarias do MEC, como a Secretaria de Educação Superior (SESu) e Secretaria de Educação a Distância (SEED). Entretanto, tais ações têm caráter de medidas governamentais e não alcançam o status de política de Estado. Embora as iniciativas signifiquem um avanço, estão aquém de contribuir para mudanças significativas do Sistema no seu conjunto.

Embora diversos membros do MEC, além do próprio ministro, tenham manifestado contrariedade aos processos de mercantilização e declarado preocupação com a desnacionalização da educação brasileira, especialmente em nível superior, até o presente momento, nenhuma medida efetiva deu conta de enfrentar de fato a questão.

Em entrevista publicada, em março de 2008, no Jornal “O Valor

Econômico”, o secretário de ensino superior do MEC, Ronaldo Mota, sinalizou preocupação, afirmando que a falta de regulação adequada e avaliações consistentes significa permitir que, ao lado de boas instituições privadas, se estabeleçam empresas onde o lucro é tratado como algo muito mais importante do que a educação.

Segundo Mota, há preocupação ainda com as negociações do Acordo Geral para o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (AGCS/OMC). Ele alerta que é muito importante o Congresso aprovar o projeto de Reforma Universitária – engeveteado no Congresso.

“Se tudo estiver conforme o compromisso de atender às normas da AGCS/OMC, até que ponto se retirará do poder público nacional o controle da regulamentação no país? É, portanto, um risco para o projeto de desenvolvimento do Brasil aderir à proposta da OMC porque a educação, na concepção governamental brasileira é um bem público e um direito, mas não uma mercadoria”, diz Mota.

O forte lobby das Instituições privadas

Infelizmente, é de conhecimento geral que as Instituições privadas de ensino têm um poder de fogo intenso e forte lobby junto aos parlamentares. O que dificulta, e muito, o trabalho de quem deseja modificar as estruturas vergonhosas de atuação no setor. Por iniciativa do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), em conjunto com diversas entidades ligadas aos donos de IES privadas, foi criada, em dezembro de 2007, a Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior Particular. A iniciativa recebeu apoio de mais de 30 parlamentares, incluindo os presidentes das Comissões de Educação da Câmara e do Senado e do ex-ministro da Educação do governo Fernando Henrique Cardoso, Paulo

Renato Souza.

A reação do setor privado prova que a nossa luta tem surtido efeito e começa a preocupar os empresários, que temem perder a total liberdade que têm de explorar o “mercado educacional” como querem e bem entendem. Afinal, a ausência de regulamentação da educação privada é um atrativo escandaloso e um cenário muito convidativo – tanto para a expansão indiscriminada de Instituições de ensino, sem garantia nenhuma de qualidade, quanto para a invasão do capital internacional. Por isso, é urgente a criação de um novo marco regulatório que propicie o estabelecimento efetivo de um Sistema Nacional de Educação, tendo como referência a educação pública e a regulamentação do setor privado.

Neste momento, é possível notar indícios de que a disputa entre o setor de educação privada e as instâncias públicas começou a se acirrar na esfera política, mas pouco tem se refletido na articulação de medidas efetivas que impeçam a invasão do capital internacional e a ingerência estrangeira na educação brasileira. Parece claro: muito mais que declarações é preciso atitude e agilidade!



Foto: Tania Meinzer